

JUSTIÇA & CIDADANIA[®]

Edição 167 • Julho 2014

A portrait of Humberto Martins, a man with a mustache and glasses, wearing a dark suit, white shirt, and patterned tie. He is looking directly at the camera with a neutral expression.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

**POR MAIS DIÁLOGO
NA JUSTIÇA FEDERAL**

Editorial: Desrespeito à ordem republicana

Gestão pautada no diálogo

Há três meses à frente da Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal, o ministro Humberto Martins relata as ações que pretende desenvolver para tornar o órgão mais aberto. Objetivo é entender as necessidades dos juizes de 1º grau e do cidadão

À frente da Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal (CJF), o ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quer intensificar o diálogo com quem está na base da prestação jurisdicional, ou seja, os magistrados federais que atuam na primeira instância e a população que busca esse ramo do Poder Judiciário. Martins tomou posse como corregedor-geral da Justiça Federal no último dia 23 de abril. Para alcançar a meta que estipulou para si, ele afirmou que vai desenvolver um modelo de gestão “mais preventivo e pedagógico”.

De acordo com o ministro, a Corregedoria-Geral do órgão de planejamento da Justiça Federal detém os meios necessários para identificar os problemas e as barreiras existentes à atividade jurisdicional e à celeridade processual. “A Corregedoria é o órgão que primeiro tem a oportunidade de se deparar com as causas desses embaraços à atuação eficaz da Justiça Federal e pode, por meio de estudos e planejamento, oferecer sugestões normativas, ope-

racionais e de planejamento estratégico para diminuir esses aspectos negativos”, afirmou.

Por isso, explicou, a importância de estreitar a relação com a magistratura do primeiro grau. “Só com o conhecimento da realidade do juiz é que se pode dar soluções para as carências de um modelo de jurisdição especializada como é o brasileiro, único no mundo em sua extensão, capilaridade e importância para a vida cotidiana das pessoas”.

Martins também quer se aproximar da sociedade. Nesse sentido, destacou que pretende estabelecer uma relação direta e transparente com a imprensa, com as associações, com a universidade e com os jurisdicionados. “Nossa gestão será marcada pelo caráter participativo e pela abertura à sociedade, que será ouvida sempre que possível nos principais projetos do Conselho da Justiça Federal”, ressaltou.

O ministro falou também sobre os planos que tem para o Centro de Estudos Judiciários do CJF, que também está sob o comando dele. Martins informou que uma de suas primeiras ações foi determinar a

constituição de uma comissão científica para assessorá-lo na análise dos projetos de eventos e na definição do planejamento do órgão.

O corregedor-geral relatou ainda os planos que tem para a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), da qual se tornou presidente. Ele contou que o volume de processos nos juizados especiais tem aumentado substancialmente, o que reforça a importância do aprimoramento do órgão, por onde, na opinião dele, passa “o futuro da Justiça Federal”. Confira a íntegra da entrevista.

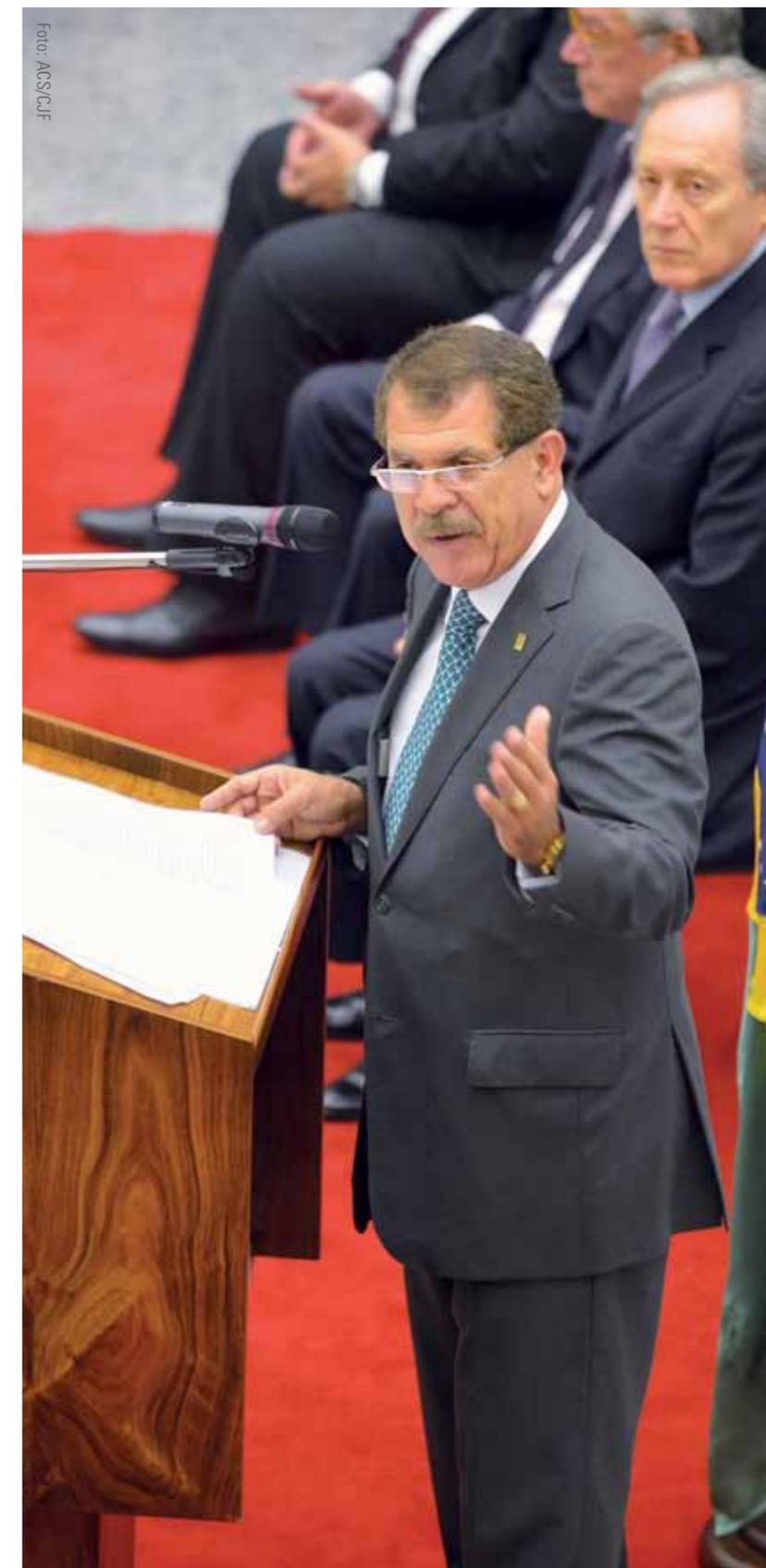
Revista Justiça & Cidadania – Como o senhor vê o Conselho da Justiça Federal e quais as suas expectativas ao integrar o quadro de corregedores dessa instituição?

– O Conselho da Justiça Federal é um órgão importantíssimo para o funcionamento e para as atividades da judicatura federal brasileira. O órgão possui três missões de grande relevo: zelar pelo aperfeiçoamento técnico e científico da magistratura, por meio do Centro de Estudos Judiciários; exercer a atividade cor-

reicional; e uniformizar a jurisprudência dos juizados especiais federais no Brasil, por meio da Turma Nacional de Uniformização. Perpassando essas três funções, há uma atividade de caráter normativo e de planejamento estratégico da magistratura federal que se verifica em todos esses níveis, seja com a participação em projetos de resoluções, portarias e leis que interferem na Justiça Federal, seja com a formulação de ideias e planos que visem ao aperfeiçoamento da Justiça Federal e de seus plexos. Como em todas as outras funções que tive a honra de ocupar, a maior parte delas pela generosidade de meus colegas ministros, encaro a nova missão como uma forma de servir. Sim, de servir ao jurisdicionado, que é cidadão e um dos milhares de brasileiros que precisa e acredita na Justiça como meio de pacificação social. Nesse aspecto, tenho muito a aprender com a experiência de meus antecessores, que exerceram com dignidade e discricção essa importante função.

JC – Qual será a marca da sua gestão à frente da Corregedoria-Geral da Justiça Federal?

– Nossa gestão será marcada pelo caráter participativo e pela abertura à sociedade, que será ouvida sempre que possível nos principais projetos do Conselho da Justiça Federal. Especificamente quanto à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, é nosso objetivo maior dotar o órgão de um perfil mais pedagógico e preventivo. A magistratura hoje é exigida e demandada pela sociedade, pelos órgãos de controle externo e pelo jurisdicionado, sem que as condições reais para exercício da judicatura tenham sido melhoradas substancialmente. Há uma assimetria entre o que é demandado ao juiz e o que lhe oferecem de condições para seu mister.



Martins: “Nossa gestão será marcada pelo caráter participativo e pela abertura à sociedade”



Foto: ACS/AJF

Ministro Humberto Martins quer intensificar visitas a seções judiciárias durante o mandato na Corregedoria da Justiça Federal

“Ser transparente é administrar com participação da sociedade e permitir a todos a fiscalização dos atos de gestão. Trata-se de uma visão moderna da coisa pública, que se inspira nos modelos de *accountability*”

JC – O que o senhor pensa em fazer para aprimorar o diálogo com a magistratura federal?

– Eu considero o diálogo como um elemento central para qualquer atividade de gestão. Eu estarei permanentemente de portas abertas para a magistratura federal e suas representações associativas. É nossa pretensão visitar as seções judiciárias, acompanhar as atividades correicionais e os eventos que serão promovidos pelo Centro de Estudos Judiciários, de modo a que possamos conhecer de perto os problemas e a realidade dos juízes federais brasileiros.

JC – Em que sentido, na sua opinião, a Corregedoria pode contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça Federal?

– A Corregedoria, especialmente quando assume a função preventiva e pedagógica, tem condições de identificar os problemas e os óbices à atividade jurisdicional e à pronta e célebre oferta de justiça aos cidadãos. Não existe uma realidade ideal, muito menos é possível imaginar que nossa Justiça Federal seja isenta de defeitos e de desvios. A Corregedoria, porém, é o órgão que primeiro tem a oportunidade de se deparar com as causas desses embaraços à atuação eficaz da Justiça Federal e pode, por meio de estudos e planejamento, oferecer sugestões

normativas, operacionais e de planejamento estratégico para diminuir esses aspectos negativos. Só com o conhecimento da realidade do juiz é que se pode dar soluções para as carências de um modelo de jurisdição especializada como é o brasileiro, único no mundo em sua extensão, capilaridade e importância para a vida cotidiana das pessoas.

JC – O senhor afirmou, quando da posse como corregedor, que a função da Corregedoria deve ser marcada pela difusão de um valor que, nas suas palavras, é incontornável: a transparência. Como garantir maior transparência, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e também no âmbito da Justiça Federal?

– A transparência é hoje uma política de Estado no Brasil. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a famosa Lei de Acesso à Informação, tem como uma de suas diretrizes, que se conectam com os princípios constitucionais da administração pública, o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência nos órgãos públicos. Antes mesmo da transparência, a impessoalidade e a publicidade dos atos são imperativos que a ela se ligam para fornecer uma tríade de pautas à atuação do gestor público, do magistrado e do parlamentar. Ser transparente é administrar com participação da sociedade e permitir a todos a fiscalização dos atos de gestão. Trata-se de uma visão moderna da coisa pública, que se inspira nos modelos de *accountability*, que conjugam os mecanismos clássicos de controle interno e externo às formas de controle popular e social dos Três Poderes. Nesse ponto, criar uma relação direta e transparente com a imprensa, com as associações, com a universidade e com os jurisdicionados é a forma mais eficiente de implementar esse objetivo.

JC – Que diretrizes o senhor pretende imprimir à direção do Centro de Estudos Judiciários?

– A magistratura federal é conhecida pela excelência de seus quadros e por permanente busca dos juízes pelo desenvolvimento de suas competências e habilidades nos campos profissional e acadêmico. O Centro de Estudos Judiciários (CEJ) tem a missão precípua de planejar e executar seminários, congressos, encontros e cursos de extensão voltados para os magistrados e serventuários da Justiça Federal. Além disso, cabe ao CEJ a ação proativa de pesquisar os problemas da Justiça Federal e oferecer soluções racionais e eficazes. A tudo isso soma-se papel preponderante de organização da informação jurídica e de difusão de seu conteúdo para a comunidade. O CEJ vem desempenhando seu papel com grande eficiência e é nosso objetivo contribuir para o excelente trabalho já levado a efeito pelos meus ilustres antecessores. Nesse

aspecto, determinei a constituição de uma comissão científica para o CEJ, formada pelos professores Roberto Rosas (UnB), José Rogério Tucci (USP) e Otavio Luiz Rodrigues Junior (USP), que vai me assessorar na análise dos projetos de eventos e na definição do planejamento do CEJ. Trata-se de uma vertente de minha gestão ligada à transparência e à participação da comunidade universitária. Queremos que o diálogo Judiciário-Academia seja intensificado. Ademais, pretendo contar com a colaboração dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, valorizando suas experiências e suas ligações com as diferentes seções judiciárias federais brasileiras.

Na sua avaliação, o que deve ser priorizado pelo CEJ no que diz respeito a temas para o desenvolvimento de pesquisas e realização de eventos de capacitação? Que temas devem ser eleitos para discussão no âmbito do CEJ?

– Alguns pontos eu reputo importantes nesse campo, os quais se ligam aos movimentos de reforma legislativa em curso no Poder Legislativo e à necessidade de debate público das grandes controvérsias e dos conflitos que são levados ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça Federal. Assim, temas como a improbidade administrativa, a reforma processual, o processo eletrônico e os direitos da personalidade devem receber especial atenção do CEJ. A pesquisa é algo que deve ser permanente e ocupar posição de preeminência no âmbito do CEJ. O aperfeiçoamento técnico-profissional, a pesquisa e o diálogo com os atores que formam a comunidade jurídica estão na linha de frente de minha gestão.

Com relação à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, como o senhor vê o papel desse colegiado no âmbito da Justiça Federal?

– Na Justiça Federal, em razão das reformas processuais dos últimos 20 anos e, especialmente agora, com a iminência da aprovação de um novo Código de Processo Civil, houve deslocamento do volume de processos para os juizados especiais. A estrutura física da Justiça, o modelo processual e o desenvolvimento das tecnologias da informação ainda não conseguiram corrigir esse *gap* entre a realidade da vida cotidiana nos juizados especiais e as previsões abstratas da legislação. A Turma Nacional de Uniformização (TNU) é, nesse sentido, um órgão cuja importância real ainda não foi descoberta pela universidade, pelos pesquisadores e pela sociedade. É preciso que a TNU seja aprimorada e que ela ganhe a relevância que seu papel no contexto contemporâneo da jurisdição brasileira exige. O futuro da Justiça Federal, dito de outro modo, passa pela TNU.